

FRONTEIRAS (MÚLTIPLAS), IDENTIDADES (PLURAIS), COMUNITARISMOS (CULTURAIS) – TRAVESSIAS

Benjamin Abdala Junior*

Resumo

Neste momento de repactualização política em escala global, impõe-se ao intelectual discutir suas formas de acesso ao mundo, a partir de um *locus* que se coloca como um “nó” de uma vasta rede supranacional. Viabilizar articulações entre os comunitarismos supranacionais, nessa ambiência, pode significar contraposição às assimetrias dos fluxos culturais que têm estabelecido a tradicional colonização de nosso imaginário. São múltiplas as formas de comunitarismos e, neste artigo, serão relevadas aquelas que se configuram em produções literárias significativas dos países de língua oficial portuguesa. Pelas margens, com atenção aos processos de hibridização, discutiremos marcas de uma diferença avessa a conceitos muitas vezes “aplicados” acriticamente e que continuam a preservar a assimetria dos fluxos culturais, afinados com estratégias de administração da diferença que não perdem a inclinação eurocêntrica.

Palavras-chave

Comunitarismos; Crise; Estudos Literários e Culturais; Fronteiras; Multiculturalismo; Política; Utopia.

Abstract

At this time of global scale political realiances, it is imperative for the intellectual to discuss forms of access to the world from a locus of confluence in a vast supranational network. In this ambivalence, operating articulations between supranational communitarianisms may mean resistance to the asymmetries of cultural flows that have established the traditional colonization of our imagery. There are multiple forms of communitarianism, and this article will unveil those constituted in significant literary productions of Portuguese speaking countries. From the margins, with attention to processes of hybridization, this article discusses marks of difference aversive to often uncritically “applied” concepts that continue to preserve the asymmetry of cultural flows based on Eurocentric inclined management strategies of difference.

Keywords

Communitarianisms; Crisis; Literary and Cultural Studies; Borders; Multiculturalism; Politics; Utopia.

* Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – São Paulo – SP. E-mail: benjaminjr@terra.com.br

A grande mídia, antes do grande *crack* financeiro de 2008, naturalizou a imagem utópica do mundo das finanças: desregulamentação e flexibilidade como modelo para a economia, um desenho “naturalmente” extensivo às práticas sociais e culturais. De acordo com a reiterada agenda que pautava os meios de comunicação, desregulamentação se afinaria com liberdade e, esta, nas esferas socioeconômicas, com a competitividade, colocada, assim, como critério de eficiência e aspiração maior não apenas das empresas, mas também do indivíduo e da própria democracia. O individualismo associado à condição da vida democrática, e, mais, como uma das inclinações fundamentais do humanismo.

Em decorrência do *crack*, esse sistema de valores viu-se obrigado a se reciclar à nova situação, como analogamente já o fizera anteriormente no outro *crack* das finanças, o de 1929. De forma equivalente ao que ocorrera após os chamados “anos loucos” da década de 20 do séc. XX, esse discurso da hipertrofia individual viu-se compelido a matizar-se. Encaminha-se em parte para as estratégias e formulações discursivas que até há pouco lhe eram avessas. Volta-se a pensar, ainda de maneira tímida, em práticas reguladoras desde o campo econômico e reintroduz-se a necessidade de se pensar na ideia de um planejamento que fixe campos mais delimitados para as atividades financeiras, que, não obstante, continuam hegemônicas. Atualizações para a manutenção de práticas hegemônicas, é verdade, a contragosto do velho imperialismo norte-americano, que vem dos tempos do macartismo, e que atingiu seu apogeu no governo de George Bush. Procuram afirmar-se, assim, em novo contexto e com muitas dificuldades e oposições, articulações de sentidos sistêmicos e reformistas, nas pegadas de teorias nekeynesianas dos tempos reformistas do governo de Theodore Roosevelt.

O atual momento político solicita, no âmbito do Brasil e da comunidade mundial, reconfigurações de estratégias e repactualizações, o que já vêm ocorrendo nas relações internacionais. No plano da vida cultural, em nosso país, a compreensão do sentido dessa repactualização ainda é muito ligeira, desconsiderando as esferas culturais. Nossa intelectualidade, em geral, tem-se colocado a reboque dos acontecimentos, com discursos legitimadores das hegemonias, voltando-se mais para a administração da diferença nas balizas do sistema estabelecido. E diante das novas solicitações é de se entender que essas vozes da intelectualidade, muitas vezes melancólicas e contemplando ruínas, devem assumir atitudes mais ativas e prospectivas, para criar ou redesenhar, com matização mais forte, tendências de cooperação e solidariedade que embalsam ideais democráticos. Pelas margens do sistema das assimetrias hegemônicas, abre-se a possibilidade real de se estabelecerem efetivos contrapontos ao paroxismo da competitividade, que se coloca como paradigma da vida econômica, social e cultural, de acordo, evidentemente, com a lógica dessas assimetrias dos fluxos econômicos e culturais.

A inclinação para a regulação da vida social já se manifestava, na situação anterior ao *crack*, justamente como reação aos efeitos perversos dos modelos articulatórios do capital financeiro, que flexibilizaram fronteiras nacionais para impor as assimetrias de sua ordem hegemônica. Foi pelas brechas desse sistema que se firmou a necessidade de articulações amplas, abrindo a possibilidade de articulações comunitárias de sentido supranacional. Nesta nova situação, que se afigura pós-neoliberal, essas associações comunitárias tornam-se ainda mais urgentes, e envolvem a possibilidade de novas articulações, amplas e estruturadas em múltiplos níveis, desde a vida econômica às esferas da vida sociocultural.

Inclinações comunitárias linguístico-culturais sempre embalarão as tendências democráticas, nos países de língua portuguesa. A situação atual é evidentemente diferente do que acontecia no período colonial e também no estabelecimento e consolidação de nossos sistemas republicanos, como o próprio conceito de “fronteiras”.

O comunitarismo afirma-se, na atualidade, envolvendo pluralidade nas articulações políticas, pautadas sempre pela supranacionalidade. Relevante, nas novas configurações dos antigos desenhos dos sonhos republicanos, é o que já vem ocorrendo, muitas vezes ainda faltando maior empenho: as interlocuções comunitárias como bases para a ação política na forma de blocos, com linhas de ação amplas, da vida econômica à cultural.

Blocos politicamente mais eficazes para estabelecer contrapontos às assimetrias dos fluxos hegemônicos supranacionais do novo imperialismo, e também em suas correspondências nacionais e/ou, mesmo, estratificações sociais.

Articulações ainda mais amplas, supranacionais – é de se enfatizar. Se antes, no século XIX português, imaginava-se a possibilidade de uma confederação ibérica, hoje já se pode e se efetiva – preservando ainda politicamente fronteiras nacionais – articulá-las de forma igualmente múltipla. No domínio das atividades culturais, torna-se estrategicamente fundamental, em correspondência análoga, para quem tem seu *locus* no Brasil, o estabelecimento de um bloco envolvendo os países de língua portuguesa e os de língua espanhola. Mais, sejamos otimistas, um bloco ibero-afro-americano, em face das decorrências atuais do processo de colonização, capaz de promover e afirmar em projetos e ações politicamente internas e externas o que temos de próprio e em comum em nossas culturas.

Retomo, aqui, o que apontei em “Estado e nação nas literaturas de língua portuguesa: perspectivas político-culturais”, texto publicado, em 1997, no livro organizado por Isabel Pires de Lima e equipe, em homenagem a Óscar Lopes. De forma eloquente, o título desse livro é *Sentido que a vida faz*. Esse texto foi anteriormente apresentado em evento sobre o Neorrealismo, realizado em Matozinhos no ano anterior. Destaquei, então, como motivo condutor para minha argumentação, o processo de efabulação e as imagens do romance *A jangada de pedra* (1986), de José Saramago, afinado, por sua vez, com o realismo maravilhoso das literaturas latino-americanas. Logo no início desse texto, eu dizia que essa

narrativa proporciona uma “viagem” que permite [...] que se sonhe com uma comunidade não apenas dos países de língua portuguesa, mas dos países ibero-afro-americanos. Organizado em torno de estratégias geopolíticas pós-Abril, esse romance permite repensar a cultura portuguesa em face da dupla solicitação apontada [anteriormente, no artigo]: a integração europeia e a singularidade peninsular. Esta singularidade liga-se às perspectivas que marcaram a história de Portugal: a atlanticidade, a ibericidade e a mediterraneidade (ABDALA JUNIOR, 1997, p. 242).

Um jornalista, para mim ainda anônimo, ao fazer uma reportagem sobre o evento do neorrealismo, colocou a comunicação, como outras então apresentadas, nas esferas dos sonhos, como também o romance de Saramago. Na verdade, é de se reconhecer que a comunicação não deixava de ser utópica, mas utopia concreta, que se consubstanciava àquela altura em projetos que já estavam em desenvolvimento. Do ponto de vista econômico, o que se verificava então e na década posterior, foi um estreitamento da circulação do capital entre esses países, como nunca ocorrera anteriormente. Entretanto, a CPLP –

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa –, como também as Cimeiras ibero-americanas, são ainda muito protocolares e têm permanecido aquém das interações que se efetivam de fato, quando politicamente essas ações poderiam ser incrementadas ainda mais, com projetos prospectivos, de maior abrangência, que potencializassem tais iniciativas individuais ou comunitárias.

Em relação à circulação da literatura, restringindo-nos aos últimos quatro anos, são exemplos igualmente eloquentes que dois dos três mais tradicionais prêmios literários brasileiros não envolvem apenas a literatura nacional, como no passado, mas o conjunto das literaturas dos países de língua portuguesa. Seguem a perspectiva anteriormente aberta pelo Prêmio Camões e têm como horizonte as edições brasileiras de autores portugueses e dos países africanos de língua portuguesa. Tais edições cresceram muito nos últimos anos e, nas narrativas de ficção, encontramos com frequência o deslocamento de personagens portuguesas e africanas para o Brasil, onde se desenvolve boa parte da trama. Trajetória inversa de um Adonias Filho, há algumas décadas, em relação à África, e de Castro Soromenho, que circulou entre Angola, Moçambique, Portugal e Brasil. No campo interartes, como um exemplo mais recente, foi significativa a adaptação cinematográfica de Fernando Meirelles (2008) ao romance *Ensaio sobre a cegueira* (1995), de José Saramago, com quatrocentos mil espectadores em um mês, só no Brasil. A produção foi supranacional (Canadá), da mesma forma que foi latino-americana a produção e os atores de *Diários de motocicleta* (2004), filme dirigido por Walter Salles, sobre a travessia empreendida por Che Guevara, que aponta para a integração da América Latina.

Neste momento de repactualização internacional, quando se enfatizam formas de administração e de cooperação à escala planetária, os ideais de respeito às diferenças de toda ordem e à democracia, essas inclinações comunitárias devem emergir para primeiro plano, como forma de mediação entre os múltiplos campos da vida social e do Estado. Essa seria a forma política – configurando desenhos e atitudes da intelectualidade republicana e socialista, desde o século XIX – de se inclinar para a possibilidade de superação de carências de toda ordem. Diante dos novos desafios de ênfase no comunitarismo, particularizando nosso campo de trabalho, parece-nos importante que os estudos de literatura comparada sejam vistos numa dimensão cultural.

Foi decorrência histórica, no Brasil, nos estudos de literatura comparada, a afirmação de um comparatismo que veio de nosso processo de colonização e, também, dos fluxos culturais hegemônicos. Verificar essas bases tem sido uma forma de nos situar diante dos fluxos inclinados à colonização de nosso imaginário, que chegam até nós. Trata-se de um comparatismo importante e necessário para o nosso autoconhecimento, através de um viés crítico. Nas atitudes de atores culturais do passado podem ser configuradas linhas que são imprescindíveis para a melhor compreensão de nossa atualidade sociocultural. Entretanto, a restrição a esse comparatismo não nos parece suficiente, em termos político-culturais. Temos proposto outra forma de comparatismo, para figurar ao lado do primeiro. Um comparatismo prospectivo, pautado por relações comunitárias, um comparatismo da solidariedade, da cooperação. Comparar diante de problemáticas que nos envolvem a todos para nos conhecer naquilo que temos de próprio e em comum. Enlaces comparatistas, tendentes a relações de reciprocidade, não numa relação sujeito/objeto, mas sujeito/sujeito em aproximações e fricções, tendo em conta desafios que se colocam em termos de atualidade sociocultural.

Mais particularmente, são imprescindíveis hoje atitudes críticas em relação aos conceitos que desconsideram ou minimizam ou ainda “administram” a potencialidade desse *locus* enunciativo, que é o lugar de onde acessamos o mundo. Destacaremos, aqui, de forma sintética e por serem mais evidentes, os conceitos de pós-colonialismo, o hibridismo e multiculturalismo. O processo colonial fixou hábitos, repertórios literários e culturais, que vieram dessa experiência histórica e dos contatos entre povos que até então não se conheciam. Se há hoje toda uma inclinação crítica para mudanças de paradigmas, sejam eles filosóficos, estéticos, em relação às áreas do conhecimento, entendemos que essa tendência não pode se naturalizar sob um rótulo genérico de um “pós”, uma redução ao obsoleto de toda uma experiência que se não deixa de se consubstanciar no presente. Pior ainda pode ocorrer em relação às instâncias políticas, onde o “pós”, afeito às condições da mídia e dos produtos da moda, procura tudo reduzir a uma tábula rasa, um contínuo presente sem passado, por lhes faltar dimensões de futuro. A experiência histórica e suas realizações passam a ser situadas como um repertório passivo, para a estilização sem história, formas petrificadas, restritas a uma espécie de “estado de dicionário”, sem a consideração dos processos em que se inseriram, por referência a um conhecido poema de Carlos Drummond de Andrade.¹ Desconsidera-se o sentido histórico-cultural das formas articulatórias que as modelizaram, como também o sentido de cada gesto diante de tais configurações situacionais. Frequentar o “reino das palavras” (DRUMMOND, 1973, p. 139), implica conhecer esses processos.

A teorização pós-colonial trouxe grande contribuição para a discussão de questões relativas à globalização, aos deslocamentos dos povos e ao processo de americanização do mundo, sob o impacto da mídia e do consumo mercadológico. Em relação às questões político-sociais, entretanto, ela às vezes pode tender a generalizações abstratas, como aparece em muitos estudos críticos, inclusive no Brasil, onde persistem hábitos de colonizados. A uma perspectiva crítica desavisada, como aparece frequentemente nos chamados estudos pós-coloniais, podem ser igualmente pós-coloniais quaisquer sociedades marcadas pelo colonialismo, sem maior consideração sobre sua historicidade, nivelando países que se emanciparam no período pós-Segunda Guerra Mundial aos que se emanciparam desde o século XIX. Falar de pós-colonialismo, sem consciência de

¹ Trata-se de “Procura da poesia”, publicado em *A rosa do povo*: “Não faças versos sobre acontecimentos./ Não há criação nem morte perante a poesia./ Diante dela, a vida é um sol estático,/ não aquece nem ilumina./ As afinidades, os aniversários, os incidentes pessoais não contam./ Não faças poesia com o corpo,/ esse excelente, completo e confortável corpo, tão infenso à efusão lírica.// Tua gota de bile, tua careta de gozo ou dor no escuro/ são indiferentes./ Não me reveles teus sentimentos,/ que se prevalecem de equívoco e tentam a longa viagem./ O que pensas e sentes, isso ainda não é poesia.// Não cantes tua cidade, deixa-a em paz./ O canto não é o movimento das máquinas nem o segredo das casas./ Não é música ouvida de passagem, rumor do mar nas ruas junto à linha de espuma.// O canto não é a natureza/ nem os homens em sociedade./ Para ele, chuva e noite, fadiga e esperança nada significam.// A poesia (não tires poesia das coisas)/elide sujeito e objeto.// Não dramatizes, não invoques,/ não indagues. Não percas tempo em mentir./ Não te aborreças./ Teu iate de marfim, teu sapato de diamante,/ vossas mazurcas e abusões, vossos esqueletos de família/ desaparecem na curva do tempo, é algo imprestável.// Não recomponhas/ tua sepultada e merencória infância./ Não osciles entre o espelho e a memória em dissipação./ Que se dissipou, não era poesia./ Que se partiu, cristal não era.// Penetra surdamente no reino das palavras./ Lá estão os poemas que esperam ser escritos./ Estão paralisados, mas não há desespero,/ há calma e frescura na superfície intata./ Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário.// Convive com teus poemas, antes de escrevê-los./ Tem paciência, se obscuros. Calma, se te provocam./ Espera que cada um se realize e consume/ com seu poder de palavra/ e seu poder de silêncio./ Não forces o poema a desprender-se do limbo./ Não colhas no chão o poema que se perdeu./ Não adules o poema. Aceita-o/ como ele aceitará sua forma definitiva e concentrada/ no espaço.//Chega mais perto e contempla as palavras./ Cada uma/ tem mil faces secretas sob a face neutra/e te pergunta, sem interesse pela resposta,/ pobre ou terrível que lhe deres:/ Trouxeste a chave?// Repara:/ ermas de melodia e conceito/elas se refugiaram na noite, as palavras./ Ainda úmidas e impregnadas de sono,/ rolam num rio difícil e se transformam em desprezo (ANDRADE, 1973, p. 138-139).

suas especificidades, implica nivelar uma cultura como a do Canadá, ou da África do Sul, por exemplo, à complexa situação cultural da Índia – três ex-colônias britânicas. Só uma análise sociocultural do processo histórico pode revelar de que pós-colonialismo se trata. Essa situação se torna ainda mais complexa, se vinculada – como acontece - à ênfase diaspórica dos estudos pós-coloniais. Coloca-se novamente a necessidade de se considerar de onde fala o crítico e os laços socioculturais que acabam por enredar suas formulações discursivas de um sentido político.

São muitos os pós-colonialismos. Há, por exemplo, o pós-colonialismo do ex-colonizador, que encontramos num romance como *Os cus de Judas* (1979), de Lobo Antunes; e, para contrastar, o do ex-colonizado, como em *Mayombe* (1982), de Pepetela. O primeiro vai desconstruir mitos e fazer de sua memória individual um depoimento que se quer história. Pepetela, numa direção oposta, embala-se por mitos, sem deixar de criticar indivíduos e grupos que se querem mitos, associados a posições etnocêntricas do passado que se reproduzem no presente. Em Lobo Antunes, enfatiza-se a desconstrução dos mitos e a distopia; em Pepetela, na formação de um novo estado nacional, a construção e a utopia. Há ainda o pós-colonialismo dos colonizadores radicados ou que retornaram à metrópole, e também dos ex-colonizados que para lá migraram. Não obstante essas diferenças, a interlocução comunitária, mediada pelo campo intelectual, efetiva-se no conjunto da obra de Lobo Antunes e de Pepetela: o primeiro ironizando imagens do “esplendor de Portugal” e o outro, através de suas palavras, seu país, “marginalizado do processo”, tematizando descaminhos.

Uma boa reflexão sobre essas tensões, que envolvem o campo intelectual supranacional, encontramos em *A geração da utopia* (1992), de Pepetela, uma travessia cujo desenho é análogo à trajetória não apenas dos estudantes de sua geração na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, mas também de suas equivalências em Portugal e no Brasil. A analogia não pressupõe identidade. Da mesma forma que a comunidade, ela recobre diferenças, que não podem ser minimizadas pela ênfase nas correspondências. A clara configuração do chamado *locus* enunciativo e de sua historicidade parece-nos imprescindível, também, para a análise do campo comunitário. Se o comunitarismo nos aproxima por uma espécie de sentimento de parentesco, esse fato não pode implicar neutralização de tensões, mas, sim, aberturas de reflexão para uma crítica que pretenda afastar-se da generalidade e repercutir politicamente.

Refletir sobre especificidades nacionais implica situá-las num processo de agenciamentos comunitários que tem um solo histórico e relações de poder simbólico. Temos destacado o sentido político de se discutir literatura no âmbito do comunitarismo ibero-afro-americano, mas – voltamos a insistir - as articulações comunitárias podem ser de muitas ordens e politicamente nos parece importante relevar que o mundo atual é de *fronteiras múltiplas e identidades plurais*, seja numa perspectiva individual, nacional ou dos agrupamentos sociais. São interações que levam à consideração de um complexo cultural híbrido, interativo, onde as culturas dos países de língua portuguesa se alimentam produtivamente de pedaços de muitas culturas, sem deixar de receber os efeitos das assimetrias dos fluxos culturais. Matizam-se pelos contatos culturais mais recentes e especificidades regionais ou nacionais.

Na apropriação desses repertórios marcadamente híbridos, a consciência dessas historicidades e das relações de poder que elas ensejaram, podem contribuir para o afastamento de produções miméticas. Tal sentido crítico contribui para o desenvolvimento de inclinações abertas à criatividade e que às vezes acabam por questionar espartilhos ideológicos e identidades míticas. Foi o

que ocorreu, por exemplo, com o poema “Camões: história, coração, linguagem”, para nos valer mais uma vez de Carlos Drummond de Andrade.

Escrito numa situação histórica pós-Revolução dos Cravos, o poema mostra a apropriação de imagens e procedimentos poéticos camonianos. Estabelece um diálogo entre marcas da historicidade das leituras de Camões e a da nova situação histórica, democrática, de Portugal:

Dos heróis que cantaste, que restou
senão a melodia do teu canto?
As armas em ferrugem se desfazem,
os barões nos jazigos dizem nada (ANDRADE apud ABDALA JUNIOR, 1993, p. 62).

Nessa desideologização das apreensões conservadoras, em especial da época salazarista, sem deixar de seguir imagens e ritmos camonianos, o poeta brasileiro termina por afirmar:

Luís, homem estranho, que pelo verbo
és, mais que amador, o próprio amor
latejante, esquecido, revoltado,
submisso, renascente, refluindo
em cem mil corações multiplicado (ANDRADE apud ABDALA JUNIOR, 1993, p. 62).

A identificação no repertório comum não implica, assim, mimetismo. A distância crítica advém não apenas da perspectiva de um brasileiro, mas sobretudo por ele refletir sobre suas bases poéticas, o que não implica, como se vê, contraditar o repertório da linguagem comunitária. Relevar as relações de poder que envolvem essa circulação é uma forma de se afastar da celebração, seja da mimese ou de um pretense sincretismo ou do hibridismo, que desconsidere as relações de poder e encaminhe atitudes assimilacionistas, tendentes à cultura do colonizador. Colonização em termos de imaginário, já que essas ações continuam hoje, na esteira das hegemonias que estabelecem assimetrias no fluxo cultural. Tal observação vale para a teoria e para a prática poética.

O bloco comunitário supranacional pode propiciar bases que são contrapontos a essa unilateralidade. Não aprendemos, é evidente, apenas com a nossa experiência, mas é importante que apropriemos, nas redes interativas, a partir de nossos *locus*, reiteramos. Apropriações não alienantes envolvem atitudes críticas, não a pronta adesão à última moda que alimenta os fluxos para preservar hegemonias. Reportando à explicitação do exemplo de Drummond, é necessária a consciência de que a língua literária portuguesa, supranacional em sua plasticidade, teve origem num processo que veio desde sua formação nos tempos medievais, e hoje possui repertórios formais que continuam a modelizar (conscientemente ou não, por parte do poeta) facetas básicas de nossas produções literárias.

A hegemonia possui bases amplas, que não deixam de ser mercadológicas. Ela procura incorporar em suas redes mesmo a contestação de seu próprio sistema. A diferença como administração política e abertura de nicho de mercado. Ao mesmo tempo, a incorporação da diferença pelos setores hegemônicos pode contribuir para a dinamização de seu próprio sistema: mudar para que as coisas continuem estruturalmente as mesmas. Ou, como aparece no filme *O leopardo* (1963), de Luchino Visconti, baseado no romance homônimo de Giuseppe Lampedusa: “É preciso que algumas coisas mudem, para que tudo

continue na mesma". As palavras são do Príncipe, personagem histórica baseada no avô do escritor. A emergência parcial do novo, sob o controle político-social das estruturas pré-estabelecidas faz valer sua hegemonia para controlá-lo, ao mesmo tempo em que se beneficia de seus influxos para atualizar suas redes numa nova configuração histórica.

Não há, entretanto, para a crítica consciente e empenhada, como fugir dessa situação, sob pena de fechar o seu campo de reflexões em perspectivas isolacionistas. Impõe-se ao crítico que ele entre nessas águas, cuidando para não perder a direção de seu projeto e ser cooptado pelo aparente nomadismo dos fluxos, que afinal mostram-se confluentes para os fluxos maiores que vêm das bases hegemônicas. Esta é uma questão política, que se imbrica em rede com a vida sociocultural. Para tanto, tendo em vista a necessidade de uma atitude prospectiva, conforme temos enfatizado, o crítico não pode se limitar exclusivamente à negatividade crítica, embora esta não deixe de ser sempre um contraponto imprescindível. Do ponto de vista político, entendemos, ele deve se embalar por uma espécie de otimismo crítico, insistimos, para dar continuidade, sob novas formas, a gestos, que vieram do passado, com atores imbuídos da esperança de que a vida pudesse ser melhor do que é.

Observe-se, nesse sentido, o seguinte fragmento do poema "Coração em África", do são-tomense Francisco José Tenreiro, que temos reiteradamente apontado quando discutimos a circulação cultural do campo intelectual do pós-Guerra, tal como ocorreu no "nó" que imbricou a rede comunitária ibero-afro-americana e a do pan-africanismo, já na atmosfera da guerra fria:

de coração em África com as mãos e os pés trambolhos disformes
e deformados como os quadros de Portinari dos estivadores do mar
[e dos meninos ranhosos
viciados pelas olheiras fundas das fomes de Pomar
vou cogitando na pretidão do mundo que ultrapassa a própria cor da
[pele
dos homens brancos amarelos negros (TENREIRO, 1982, p. 68).

Tenreiro é um dos atores do campo intelectual dos anos de 1950, para quem "a pretidão do mundo [...] ultrapassa a própria cor da pele dos homens brancos amarelos negros". Seu poema ilustra não apenas o comunitarismo cultural que se faz pela ibero-afro-américa, pelas similaridades de sua poética sobretudo com a de Nicolás Guillén. Noutras passagens – é um poema longo -, aponta para atitudes libertárias de personalidades negras da África, Caribe e Estados Unidos. Em Tenreiro, temos atitudes de um campo intelectual supranacional, articulando o comunitarismo ibero-afro-americano. Lançadas para os países de língua portuguesa e também para os negros de todo o mundo. Este é o caráter particular de sua negritude: para ele, ao contrário de Senghor², a razão também é negra e não apenas os sentimentos. Situa-se, assim, na modernidade. Na razão moderna, voltada para o comunitarismo supranacional, que se move atraída pelo sentido emancipatório.

Entendemos que o desenho do gesto de Tenreiro precisa ser recuperado, na reapactualização aberta, após a dominância ideológica do pós-modernismo, que estabeleceu uma fratura no espaço e no tempo para recusar não apenas os modelos articulatórios das indústrias, a regulação, mas também a tradição racionalista, substituída pela razão de mercado, que já existia na modernidade.

² Nota do E.: Trata-se de Léopold Sédar Senghor (1906 – 2001), escritor vinculado ao movimento *Négritude*, crítico dos efeitos das ações e valores europeus sobre as tradições africanas, e político senegalês. Governou o Senegal de 1960 a 1980. Dentre suas obras, destacam-se: *Chants d'ombre* (1945), *Hosties noires* (1948), *Ethiopiques* (1956), *Nocturnes* (1961) e *Elegies majeures* (1979).

Logo, a substituição de uma tendência reguladora, que, em seus efeitos perversos em favor da ordem, se impôs de maneira a encobrir a diferença e a alteridade pela descontinuidade e contingência do mundo do capital financeiro. Da razão do mercado ao seu fundamentalismo. A consequência, todos conhecemos: insegurança (o bem privado superior ao público), despolitização e a abertura para os fundamentalismos.

Neste momento que se afigura em processo pós-neoliberal, a afirmação de uma tendência mais tolerante, que procura valer-se da estratégia de administrar a diferença, afim, por exemplo, de uma vertente multiculturalista de matização liberal,³ pode constituir uma maneira mais inteligente e de capitalismo administrado, um retorno, em nossas bases, dos princípios norteadores do estado liberal, tal como ocorreu com o governo Roosevelt. Seria uma espécie de um novo New Deal, de onde – já que as coisas são misturadas - foi possível surgir, não obstante, a obra de um Caldwell, um Hemingway, um Dos Passos, um Gold, um Steinbeck, um Faulkner, etc. Para além de Roosevelt, os laços comunitários dessa intelectualidade se articulava supracionalmente com a literatura de ênfase social dos anos de 1930 e 1940, e que se projetará nas décadas seguintes.

O discurso de respeito à diferença que agora se afirma é o da perspectiva liberal do multiculturalismo, que pode tender à guetização dos excluídos, ou à simples tolerância dos incluídos administrados. O pensamento hegemônico norte-americano tem sido avesso à valorização das misturas, ao contrário do que lá vem ocorrendo de fato. O puritanismo religioso, que vem dos tempos coloniais, e sua práxis histórica levaram à afirmação ideológica da imagem tradicionalista de um mundo onde a mistura foi vista como degradação. Tal inclinação norte-americana pode vir a ser agora atenuada, na nova configuração que se desenha, apesar das oposições conservadoras que continuam a ter grande peso político. Não obstante, fala-se insistentemente na necessidade de “tolerância” no conjunto dos países hegemônicos: tolerância liberal, uma nova modalidade dos pressupostos de caridade, uma via de mão única, sem a reciprocidade que coloque o outro como sujeito.

A aproximação dos excluídos, que foi uma das bases fortes da eleição de Barack Obama e que fez a diferença, não é evidentemente relevada. Para além dessa modulação da tolerância, é imprescindível ao pensamento crítico descortinar também as relações de poder envolvidas. Tais limitações têm levado ao arrefecimento do apoio recebido desses excluídos, em face da timidez de seu pensamento reformista. Sem a discussão dessas relações e implementação de projetos consequentes, o discurso multicultural que, ao que parece, deve se afirmar ainda mais, não deixa, como não deixará, de ser um veículo conceitual de administração da diferença nos quadros do estado liberal, agora numa fase pós-neoliberal, tendo em vista a manutenção da hegemonia norte-americana, vale dizer, de suas elites. Falta a essas inclinações multiculturais de tintas liberais a consideração de vozes simultâneas em tensão, a possibilidade de uma espécie de um áspero concerto polifônico construído pelas diferenças. Logo, uma perspectiva crítica capaz de contraditar formulações discursivas hegemônicas, tendentes ao nivelamento de uma espécie de “branqueamento” eurocêntrico.

Em relação aos países ibero-afro-americanos, a intelectualidade tem visto na diversidade étnica um fator de originalidade e criatividade, ao contrário do que tem ocorrido nos EUA, onde as formulações sobre o hibridismo têm sido historicamente escamoteadas ou restritas, como acontece na história mais

³ Ver, de Ella Shot e Robert Stan, *Crítica da imagem eurocêntrica* (2006).

recente, aos âmbitos acadêmicos. A estratégia das elites “crioulas” da América Latina tem sido outra, em face das diferenças de configurações histórico-sociais: exaltar a integração, sempre tendente ao branqueamento, do ponto de vista também simbólico. Desde o século XIX, é verdade, esta tem sido a forma encontrada para mascarar as assimetrias da estratificação social, sob um enganoso véu democrático. Um “branqueamento”, também eurocêntrico, apropriado em outras configurações de esferas políticas dominantes. Logo, uma correspondência análoga ao que ocorre nos EUA, sem deixar de friccionar com tendências explicitamente racistas.

Impõem-se ao campo intelectual – tanto no Brasil como em Portugal e nos países africanos de língua oficial portuguesa - novas atitudes: politizar seus discursos e levá-los para além das universidades, articulando/problematizando laços comunitários e a vida sociocultural com questões relativas às esferas de poder. Por que restringir-se, à esquerda, a um discurso melancólico falando de ruínas, enquanto o estado é apropriado, à direita, por aqueles que o administram em sua função, com bandeiras otimistas? Todo discurso é marcado por matizações políticas. Não há discurso neutro, restrito aos objetos de análise, sem implicações mais gerais. Neste momento de crise e de repactualizações políticas, tornam-se importantes atitudes pautadas por otimismo crítico. Acreditar que o mundo possa ser diferente e melhor do que ele é. Para além da inclinação da negatividade inerente ao pensamento crítico, a motivação e o embalo de um princípio de juventude – uma espécie de neo-romantismo não abstrato - consubstanciado em projetos e ações político-culturais mais amplos.

ABDALA JUNIOR, B. (Multiple) Borders, (Plural) Identities, (Cultural) Communitarianisms - Crossings. *Olho d'água*, São José do Rio Preto, v. 4, n. 2, p. 30-40, 2012.

Referências

ABDALA JUNIOR, B. *Camões – épica e lírica*. São Paulo: Scipione, 1993. p. 62.

_____. Estado e nação nas literaturas de língua portuguesa: perspectivas político-culturais. In: BRITO, A. M.; OLIVEIRA, F.; LIMA, I. P.; MARTELO, R. *Sentido que a vida faz: estudos para Oscar Lopes*. Porto: Campo das Letras Editores, 1997. p. 241-247.

ANDRADE, C. D. Procura da poesia. In: _____. *Poesia completa e prosa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973. p. 138-139.

ANDRADE, M. & TENREIRO, F. J. *Poesia negra de expressão portuguesa*. Ed. Fac-similar organizada por Manuel Ferreira. Lisboa: Linda-a-Velha/África ed., 1982. p. 68.

DIÁRIOS DE MOTOCLICLETA. Direção Walter Salles Jr. Roteiro: José Rivera. Produção: Michael Nozik, Edgard Tenenbaum e Karen Tenkhoff. Distribuição: Buena Vista International. Duração: 128 min. E.U.A.: Southfork Pictures, 2004.

ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA. Direção Fernando Meirelles. Roteiro: Dom McKellar. Produção: 02 Filmes, Rhombus Media, Bee Vine Pictures. Distribuição: Fox Filmes do Brasil. Duração: 118 min. E.U.A.: Twentieth Century Fox, 2008.

LOBO ANTUNES, A. *Os cus de judas*. Lisboa: Editorial Vega, 1979.

O LEOPARDO. Direção e roteiro de Luchino Visconti. Produção: 20th Century Fox. Distribuição: Versátil Home Vídeo. Duração: 185 min. E.U.A.: 20th Century Fox, 2011.

PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. *A geração da utopia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

SARAMAGO, J. *A jangada de pedra*. Lisboa: Editorial Caminho, 1986.

_____. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SHOT, E.; STAM, R. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.